



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NOROESTE



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste.

DESAPROPRIAÇÃO

Não haverá necessidade de desapropriação para a execução dos serviços previstos no objeto licitado.

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza
Gerente de Obras e Serviços

Documento: **Justificativadesapropriacao.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fabio de Souza** em 25/03/2026 08:51.

Inserido ao protocolo **25.566.498-0** por: **Danielle Cristina Costa** em: 24/03/2026 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste..

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

De acordo com a Art. 2º da Resolução SEMA 46/2015, as atividades de manutenção, conservação, recuperação e restauração na faixa de domínio de empreendimentos viários terrestres já consolidados estão dispensadas de Licenciamento Ambiental Estadual.

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza
Gerente de Obras e Serviços

Documento: **justificativalicencaambiental.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fabio de Souza** em 25/03/2026 08:51.

Inserido ao protocolo **25.566.498-0** por: **Danielle Cristina Costa** em: 24/03/2026 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste.

JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO LOTE ÚNICO

A opção por realizar a licitação por lote único decorre de aspectos operacionais, com vistas a otimizar as atividades de gestão do contrato, bem como da realização do certame licitatório.

Justifica-se a licitação em lote único pelo fato de que:

- Há o entendimento dos Tribunais de Contas de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto;

- Embora a Lei de Licitações tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, este somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública (Decisão 348/1999, Plenário do TCU);

- A ausência de prejuízo econômico também é requisito estabelecido na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União;

- No presente caso, tecnicamente não seria recomendável a realização do parcelamento, haja vista que os serviços apresentam aspectos comuns e relacionados que justificam o tratamento conjunto;

- O parcelamento do objeto resultaria em prejuízo para a economicidade;

- O fracionamento da licitação ainda não privilegiaria o princípio da eficiência, a que deve sujeitar-se Administração Pública;



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NOROESTE



- A existência de várias contratações voltadas ao fim único dificultaria, sobremaneira, a unicidade da contratação e o gerenciamento conjunto de todos os contratantes;

- A fragmentação do objeto em vários ocasionaria diversas contratações, constituindo um risco à execução satisfatória do serviço; e

- A realização da licitação em lote único teve por objetivo também a otimização das atividades de gestão da contratação.

Em vista das razões técnicas, a execução do serviço de forma integralizada, por um só particular, se mostra mais satisfatória do que se fosse efetuada por vários particulares. Tendo em vista que a solução técnica buscada é única, um conjunto de projetos e das obras a serem executadas, requerem uma intervenção específica e de pequena extensão.

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza
Gerente de Obras e Serviços

Documento: **Justificativaleunico.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fabio de Souza** em 25/03/2026 08:51.

Inserido ao protocolo **25.566.498-0** por: **Danielle Cristina Costa** em: 24/03/2026 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste.

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A rodovia PR 578 localiza-se na região noroeste do estado do Paraná onde se encontra a formação do Arenito Caiuá, a qual possui solos com baixo teor de argila, baixa ocorrência de metais pesados e consistência arenosa possuindo grande suscetibilidade à erosão hídrica e eólica.

No que diz respeito à agroindústria da região há a ocorrência de plantações de cana de açúcar, milho, soja, arroz irrigado, gado de corte.

A rodovia PR 578 tratada por este projeto básico faz ligação entre o distrito de Santa Esmeralda pertencente ao município de Santa Cruz do Monte Castelo e o Rio Ivaí sendo utilizada como rota para escoamento da produção agrícola dos moradores locais, rota dos mesmos até a sede do distrito de Santa Esmeralda e de cidades da região.

A PR 578 foi incluída no Sistema Rodoviário Estadual em 2017 por meio da Lei Estadual nº 19.292/2017, no entanto, não houve intervenções mais robustas na rodovia em questão, sendo então necessária a execução de serviços mais extensos. De modo que a mesma, não apresenta condições razoáveis de trafegabilidade.

Desta forma, em função das características do solo já descritas anteriormente, torna-se necessária à realização dos serviços de aterro para correção do greide da rodovia, execução de caixas de retenção para melhorar a drenagem do local, aliado aos serviços de cascalhamento para garantir a trafegabilidade da pista de rolamento, bem como o serviço de reconformação de subleito ("patrolamento").

Todas estas intervenções buscam a manutenção das condições de trafegabilidade da rodovia, com ênfase nos elementos de drenagem visando o combate à erosão e, num segundo momento, a implantação de revestimento primário pretende diminuir a necessidade de conservação da pista através da diminuição da necessidade da realização do serviço de reconformação do subleito ("patrolamento").

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza

Gerente de Obras e Serviços

De acordo,

(assinado e datado eletronicamente)

Darlan de Paiva Santana

Superintendente Regional Noroeste

Documento: **Justificativaparacontratacao.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fabio de Souza** em 25/03/2026 08:51.

Assinatura Avançada realizada por: **Darlan de Paiva Santana (XXX.911.919-XX)** em 25/03/2026 11:13 Local: DER/SRNOROE.

Inserido ao protocolo **25.566.498-0** por: **Danielle Cristina Costa** em: 24/03/2026 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste.

JUSTIFICATIVA PARA ÍNDICES FINANCEIROS

Tratam-se de serviços de engenharia e essenciais para atendimento das necessidades públicas da região, é imprescindível que as empresas licitantes apresentem regularidade econômica e capacidade para liquidação de passivos, demonstráveis por meio de índices contábeis.

A fórmula para utilização nos Editais do DER/PR atualmente vigente neste Departamento é oriunda da Deliberação nº 099/2016 - CD, conforme transcrito abaixo:

- O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou maior que 1,00 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)} \geq 1,00$$

- O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou maior que 1,00 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$$

- O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou maior que 1,00 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{(PC + ELP)} \geq 1,00$$

- Os elementos das fórmulas são os provenientes do Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral
ILC = Índice de Liquidez Corrente
ISG = Índice de Solvência Geral
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
AT = Ativo Total

Porém nesta contratação, em particular, justifica-se a utilização do índice acima em **1,25 (um e vinte e cinco)** pela necessidade de o Estado contratar empresas com boa saúde financeira, evitando prejuízos ao contrato com consequente abandonos de obras,



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NOROESTE



problemas à população e ao erário público em decorrência de empresas sem capacidade financeira adequada para execução de contrato.

Índices iguais a 1,00, por exemplo, representam que a empresa possui o mesmo valor em ativos que em passivos em um determinado período. Ou seja, possui condições de pagar suas contas a curto prazo entretanto sem folga financeira. Neste aspecto, rememora-se que durante a execução contratual é previsto medição ao final do mês com prazo de pagamento pelo Órgão em até 30 dias, resultando em prazos de até 60 dias para recebimento após execução do serviço. Por isso, é de extrema relevância que o fôlego financeiro da empresa possa suportar os trâmites da Administração até o efetivo recebimento sem prejudicar o andamento do cronograma da obra. Se forem definidos índices iguais ou inferiores a 1,00 (um), não se corrobora solidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa.

Portanto, o DER/PR emprega nesta licitação a utilização de índices financeiros iguais ou superiores a 1,25. Ou seja, a empresa deve ter em seu balanço financeiro 25% de folga na relação dos ativos e passivos. Com isso, impõem-se a rigidez financeira adequada que a contratação requer, proporcionalidade também adequada competitividade que o certame exige.

Deste modo, entende-se que uma nova fórmula de índices contábeis para comprovação da capacidade financeira das empresas licitantes é necessária para conceder maiores garantias à Administração Pública e, ao mesmo tempo, não restringir a competitividade do certame, nos termos da Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU):

Súmula nº 289 TCU: A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (D.O.U 03.02.2016)

Neste sentido, **exige-se que os índices nesta Licitação seja de, no mínimo, 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos)** a fim de que reste demonstrada a capacidade da empresa licitante de liquidar passivos por meio do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Solvência Geral (ISG).

A utilização de **índices financeiros mínimos de 1,25** está de acordo com os procedimentos licitatórios recentes já realizados no âmbito do DER/PR. Nada foi observado que possa ter restringido a participação das empresas.

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza

Gerente de Obras e Serviços

De acordo,

(assinado e datado eletronicamente)

Darlan de Paiva Santana

Superintendente Regional Noroeste

Documento: **Justificativaparaindicefinanceiros.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fabio de Souza** em 25/03/2026 08:51.

Assinatura Avançada realizada por: **Darlan de Paiva Santana (XXX.911.919-XX)** em 25/03/2026 11:13 Local: DER/SRNOROE.

Inserido ao protocolo **25.566.498-0** por: **Danielle Cristina Costa** em: 24/03/2026 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste.

JUSTIFICATIVA PARA PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação de contratos firmados entre a Administração Pública e a contratada se trata de uma forma de possibilitar que se ofereça e execute serviços, os quais constituem pequena parte do objeto do contrato, conforme previsto no Art. 122 da Lei de Licitações (Lei Federal n.º 14.133/2021).

Será permitida à contratada, portanto, mediante prévia e expressa autorização do Diretor Geral do DER/PR, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas atribuições contratuais e legais assumidas junto ao DER/PR, e desde que não altere as cláusulas pactuadas, subcontratar serviços.

A ideia é oportunizar ao vencedor do certame o desempenho de algum serviço específico mediante a subcontratação de um terceiro, por sua responsabilidade. Pela natureza do objeto, é fundamental que a contratada se responsabilize pela qualidade dos serviços e confiabilidade dos resultados. Desta forma, estão previstas no objeto do contrato atividades que poderão ensejar subcontratação.

Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, **até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento**, desde que aprovado pela fiscalização do DER.

Para avaliação das subcontratações, serão utilizados os mesmos critérios da análise da licitante, inclusive no que se refere à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e aos impedimentos de licitar e contratar com o DER.

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza
Gerente de Obras e Serviços

Documento: **justificativaparasubcontratacao.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Darlan de Paiva Santana (XXX.911.919-XX)** em 25/03/2026 11:13 Local: DER/SRNOROE.

Inserido ao protocolo **25.566.498-0** por: **Danielle Cristina Costa** em: 24/03/2026 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:



Protocolo: 25.566.498-0

Processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 004/2026 DER/DOP/SRNOROESTE

Objeto: Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste.

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

Considerando as características técnicas do objeto de contrato, sendo a Execução de serviços de conservação na rodovia estadual não pavimentadas PR-578, código 578N0030EPR, trecho final do pavimento (Sta. Esmeralda) - Rio Ivaí (Balsa) (A), com uma extensão de 13,49 km na área 09 pertencente à circunscrição da Superintendência Regional Noroeste, concluímos que o objeto apresenta características padronizadas de desempenho e de qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação, com preservação das características originais dos bens.

Diante do exposto o objeto licitado é classificado como serviço comum de Engenharia, conforme preconizado na legislação, vejamos:

Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe técnica perquirir se esse serviço é **comum** ou **especial**, que assim são definidos no art. 6º, XXI, “a” e “b”, da Lei n. 14.133, de 2021:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Segundo Marçal Justen Filho¹, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

Ainda de acordo com a Nota- Técnica IBR 001/2021 da IBRAOP², temos:

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico*. Dialética, São Paulo, 2005, pg. 30.

² IBRAOP- Instituto Brasileiro de auditoria de Obras Públicas – Nota Técnica IBR. Entendimento sobre obra comum e obra especial de engenharia previstos na Lei nº 14.133/2021.

Aplicando uma analogia com as definições de serviço comum de engenharia e de serviço especial de engenharia, é possível concluir o entendimento de que obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil. As obras comuns de engenharia são, portanto, aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes).

[...].

Assim, as obras comuns de engenharia seriam aquelas (i) com baixo grau de complexidade técnica, (ii) executadas corriqueiramente pela administração, (iii) que contam com especificações e métodos usuais no mercado, e para as quais (iv) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia.

Portanto, em vistas das razões técnicas, diante da natureza técnica acessível ao mercado, torna-se evidenciado que os serviços de engenharia previstos neste processo licitatório são comuns. E, também observando o art. 470 do Decreto Estadual 10.086/2022 do Estado do Paraná, vislumbra-se a adoção da modalidade pregão, preferencialmente eletrônico.³

(assinado e datado eletronicamente)

Fábio de Souza
Gerente de Obras e Serviços

³ Art. 470. As contratações de serviços de engenharia e/ou arquiteturas caracterizadas como comuns deverão ser licitadas na modalidade pregão, preferencialmente eletrônico. Parágrafo único. Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar se o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia e/ou arquitetura.